

PORTARIA Nº 1.070 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1990

(Publicada no Diário Oficial de 27/11/1990)

Disciplina a emissão de Certificado de Crédito e toma outras providências.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e visando uniformizar procedimentos na emissão de Certificado de Crédito do ICMS e em outras atividades relacionadas com o documento fiscal,

RESOLVE

Art. 1º O Certificado de Crédito de ICMS só poderá ser emitido a favor de contribuinte que tenha, previamente, apresentado à repartição fiscal o Controle de Crédito do ICMS acompanhado de originais da Nota Fiscal e do DAE respectivo, com visto de posto fiscal comprovando a circulação da mercadoria, vedada a sua concessão à vista de outro certificado.

Parágrafo único. Nos documentos de que trata este artigo, deverá ser aposto o número do processo que os encaminhou, devendo ser arquivados juntamente com a 1ª via do Controle de Crédito do ICMS, para verificação posterior.

Art. 2º A data da saída de Nota Fiscal Avulsa, tratando-se de mercadorias em relação às quais tenha ocorrido o encerramento da fase do diferimento, deverá coincidir com a data da emissão da mesma, da do pagamento do DAE ou da emissão do Certificado de Crédito.

§ 1º Fica vedada revalidação da data de saída em Nota Fiscal Avulsa, em quaisquer circunstâncias.

§ 2º Na impossibilidade da mercadoria iniciar sua circulação na data constante da Nota Fiscal Avulsa, esta será cancelada e substituída por outra, na qual deverá constar a seguinte observação: “Nota Fiscal emitida em substituição a de nº , datada de / /19 .”, além do “visto” autorizativo do Inspetor ou do Supervisor.

Art. 3º A substituição de Nota Fiscal de mercadorias incluídas no regime de diferimento só deverá ocorrer, excepcionalmente, quando houver forte indício de irregularidade, devendo o funcionário mencionar no próprio documento o motivo da substituição.

Parágrafo único. A Nota Fiscal substituída nas condições deste artigo, deverá ser controlada e remetida, em separado, para a Inspetoria onde o contribuinte tenha domicílio fiscal.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, em 26 de novembro de 1990.

CARLOS ALBERTO SOUZA TELES
Secretário